

A INVISIBILIDADE DO LETRAMENTO NAS ATUAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO

Marcus Quintanilha da Silva¹

Kawany Aparecida Padilha²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é de abordar a atual Política Nacional de Alfabetização e, em uma leitura crítica, compreender como a ausência do letramento nas políticas atuais de alfabetização pode aumentar os níveis de Analfabetismo Funcional. Para tanto, este trabalho se assume como uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo na análise documental a sua técnica de pesquisa de base. Considerando os ditames do Decreto Presidencial nº 9.765 de 11 de abril de 2019, que preconiza os principais apontamentos a respeito da Política Nacional de Alfabetização em curso, este trabalho toma como preocupação o silenciamento do letramento como possibilidade de compor a prática pedagógica de alfabetização e seus possíveis reflexos na melhoria dos índices de proficiência dos “ditos” alfabetizados no país. Retomando os preceitos do conceito de letramento em Paulo Freire e, sobretudo Magda Soares, este trabalho alinha tais pressupostos com o cenário de analfabetismo funcional revelado pela pesquisa da Organização Não Governamental Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro e toma tais elementos como base à crítica ao Decreto supracitado. Os resultados indicam que o silenciamento da perspectiva de letramento na política analisada tende a piorar os indicadores de analfabetismo funcional e, conseqüentemente, ampliar as desigualdades educacionais, sociais e econômicas.

Palavras-chave: Letramento. Ministério da Educação. Analfabetismo Funcional. Métodos Sintéticos. Política Nacional de Alfabetização.

ABSTRACT

The objective of this work is to approach the current National Literacy Policy and, in a critical reading, to understand how the absence of literacy in current literacy policies can increase the levels of Functional Illiteracy. Therefore, this work assumes itself as a qualitative research, having in the documental analysis its basic research technique. Considering the dictates of Presidential Decree nº 9.765 of April 11, 2019, which recommends the main notes regarding the National Literacy Policy in progress, this work takes as a concern the silencing of literacy as a possibility to compose the pedagogical practice of literacy and its possible reflexes in the improvement of the proficiency indices of literate “sayings” in the country. Resuming the precepts of the concept of literacy in Paulo Freire and, above all, Magda Soares, this work aligns these assumptions with the scenario

1 Pedagogo e Doutor em Educação, docente da Faculdade Unina. E-mail: marcus@unina.edu.br

2 Pedagoga pela Faculdade Unina, cursando pós de Educação infantil, alfabetização e letramento pela Rhema Educação. Cursando formação bilingue pela Unisinos. E-mail: kawany.padilha@gmail.com

of functional illiteracy revealed by the research of the Non-Governmental Organization Ação Educativa and the Paulo Montenegro Institute and takes these elements as a basis for the criticism of the aforementioned decree. The results indicate that the silencing of the literacy perspective in the analyzed policy tends to worsen the indicators of functional illiteracy and, consequently, increase educational, social and economic inequalities.

Keywords: literacy. Ministry of Education. Functional Illiteracy. Synthetic Methods. National Literacy Policy.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a alfabetização e as perspectivas de incluir o letramento e sua especificidade como prática pedagógica para ampliação das possibilidades de uso social da leitura e escrita não é novo, mas tem, no caso brasileiro, suas matrizes epistemológicas, sobretudo em especialistas como Paulo Freire e Magda Soares. Há, neste contexto, uma relativa importância de contextos políticos para a formulação e execução das políticas educacionais, inclusive no campo da alfabetização, sendo de, em determinados momentos históricos no Brasil, a prática pedagógica alfabetizadora teve como vieses concepções mais tecnicistas ou emancipadoras.

Neste sentido, aborda-se com preocupação o tema da Política Nacional de Alfabetização em curso, compreendendo-a como uma proposição de política pública que não parece atender aos anseios de grande parte da população brasileira que, além de depender da educação pública, não reúne capital cultural, social e econômico que a permita construir em âmbitos extraescolares o uso social da leitura e da escrita, o que, nos termos de Magda Soares, denomina-se letramento. Neste viés, o objetivo deste trabalho é de abordar a atual Política Nacional de Alfabetização e, em uma leitura crítica, compreender como a ausência do letramento nas políticas atuais de alfabetização pode aumentar os níveis de Analfabetismo Funcional.

Como proposta metodológica, assume-se para este trabalho uma abordagem de natureza qualitativa, pois, na visão de Stake (1982), uma pesquisa desta natureza tem como característica inicial um ou poucos casos e variáveis que não são delimitadas somente no início de uma pesquisa, mas podem surgir outros elementos que venham a compor o espectro analítico. Além disso, a singularidade do estudo, bem como seu percurso, é mais importante do que apontar aspectos comuns a um grupo maior de casos, como é o caso de uma pesquisa quanti-

tativa. Eventos importantes, contextos sociais e políticos e outros elementos que possam contextualizar o caso fazem parte desta abordagem, mas, considerando que o debate ao qual este texto se propõe é objeto de um estudo inicial, não se tem a pretensão de ampliar generalizações ou, efetivamente, estudar casos em que a política analisada esteja em execução, e sim apresentar hipóteses a partir de um cenário educacional pautado em grandes proporções de analfabetos funcionais no Brasil.

Uma das técnicas de pesquisa importantes em uma pesquisa qualitativa é a análise documental. Para este trabalho, apoia-se em Cellard (2008), autor que, em uma orientação ampla sobre este tipo de técnica de pesquisa, orienta a, inicialmente, aceitar os documentos como eles são e categorizá-los em relação ao objeto de pesquisa, bem como criticar seu conteúdo à luz de uma literatura especializada e dados que fomentem a referida crítica. O principal documento de base para este trabalho é o Decreto Presidencial nº 9.765 de 11 de abril de 2019, que explicita os principais norteadores da Política Nacional de Alfabetização. Em crítica ao documento, os pressupostos de Paulo Freire e, principalmente, Magda Soares, são somados ao estudo da Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro, que trabalharam o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) com uma amostragem de 2002 pessoas no ano de 2018.

Na sequência, o artigo se organiza em três seções. Na primeira, retoma-se os princípios conceituais do letramento. Posteriormente, os principais resultados da pesquisa sobre o Inaf são apresentados e, em seguida, ambos serem confrontados com os principais apontamentos que norteiam a Política Nacional de Alfabetização em curso.

LETRAMENTO: DA SUA ORIGEM ATÉ ELUCIDAÇÃO DO TERMO POR MAGDA SOARES

O conceito de Alfabetização é plenamente compreendido, não da mesma forma como acontece com o Letramento. Trata-se da ação de alfabetizar, ou seja, ensinar a ler e a escrever (SOARES, 2009). Pensando na linguagem, este “ler e escrever” se remete ao ato de codificar e decodificar códigos da língua, porém, todas as pessoas que codificam e decodificam realmente compreendem e conseguem afetar o mundo com a linguagem escrita?

A conceituação de Letramento é recente, sendo utilizado pela primeira vez

nos Estados Unidos da América na primeira metade do século XX. Atualmente, Magda Soares é uma das principais representantes da literatura acadêmica a conceituar e elencar a importância do letramento como um dos conceitos que remetem ao uso social da escrita, mesmo que seu primeiro idealizador e dono de grande contribuição acadêmica ao tema tenha sido Paulo Freire.

Apesar de todo o terror causado por uma guerra, geralmente é no seu decorrer que o avanço científico é impulsionado. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o termo letramento foi bastante utilizado pelo exército norte-americano para definir a eficiência dos soldados em desenvolver tarefas básicas em seu cotidiano (PELANDRÉ, 2002).

No Brasil, o ideal trazido por trás da palavra nos dias de hoje, foi introduzido por Paulo Freire, quando em suas obras explicitou a importância de não apenas codificar e decodificar as letras, mas de entender a relevância do que está escrito. O teórico defendeu em toda sua trajetória o poder do ato de ler, a leitura como instrumento para a liberdade e a criticidade adquirida através da leitura. Percebe-se isto pelas próprias palavras do autor, em sua descrição quando lecionou como professor de Português aos seus 20 anos:

Os alunos não tinham que memorizar mecanicamente a descrição do objeto, mas apreender a sua significação profunda. Só apreendendo-a seriam capazes de saber, por isso, de memorizá-la, de fixá-la. A memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso, é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala (FREIRE, 1989, p. 12).

Em crítica aos métodos tradicionais para alfabetizar jovens e adultos, uma citação muito famosa de Freire reafirma a necessidade de ler “além do que está escrito”, dizendo que “não basta saber ler que a Eva viu a uva”. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 2006, p. 56). Essas posições que o educador almejava aos sujeitos, através da educação, só são possíveis de serem alcançadas pelo letramento em conjunto com a alfabetização.

As abordagens educacionais de Freire caminharam contrárias às políticas educacionais da época – década de 60/70 –, as quais valorizavam os métodos

tradicionais com o uso de cartilhas e os Testes ABC. Esses entendiam alunos como receptores de conhecimentos, apresentado por Paulo Freire como educação bancária, na qual o professor deposita informações, e retira quando lhe é conveniente.

Só a partir da década de 1980, o termo foi trazido e colocado no âmbito educacional. Em 1986, a palavra foi utilizada pela primeira vez no país por Mary Kato no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística” (SOARES, 2004). Contudo, só após 2 anos foi definido o termo “enquanto a alfabetização ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (TFOUNI, 1995, p.20).

Por conta das precisões sociais da leitura e da escrita, surgiu a necessidade de nomear essa demanda. O conceito foi elucidado e reforçado pela autora Magda Soares, em que suas contribuições reforçaram a necessidade de aplicar o letramento na educação e principalmente no processo de alfabetização. O “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2009, p. 18)

Contudo, entra o questionamento, quais são as intencionalidades do letramento na alfabetização? Como trazido por Freire, é apropriar-se da leitura e escrita para ser sujeito ativo na sociedade. Para Soares, a leitura leva o sujeito a uma nova condição social, cultural e até mesmo cognitiva (SOARES, 2009).

Percebe-se então, que a condição de letrar leva o indivíduo a uma melhor condição social e cultural, faz com que ele possa intervir no seu meio social e tenha condições de se fazer como um sujeito histórico-cultural. Portanto, é interessante ter esse sujeito na sociedade por parte do Estado? Veremos, posteriormente, como o letramento tem sido ignorado nas Políticas Educacionais atuais.

ANALFABETISMO FUNCIONAL COMO CONSEQUÊNCIA DA FALTA DE LETRAMENTO

A educação segue uma cultura de que o sujeito deve ser uma pessoa capaz de atuar significativamente como cidadão, quando ele tem uma educação insignificante ou até mesmo ausente, não desenvolve essa capacidade, acabando por ser um indivíduo invisível dentro da nossa sociedade.

Esses indivíduos invisíveis são os analfabetos funcionais, ou seja, que não conseguem usar a leitura e escrita em seu contexto cotidiano. Essas pessoas são resultado de uma alfabetização dissociada do letramento, não considerando o contexto, tanto da criança quanto dos jovens e adultos. No Brasil, atualmente não existe nenhuma instituição governamental que meça os índices de analfabetismo funcional. Com isso, os dados recolhidos foram realizados pelo Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) no ano de 2018, ligada à Organização denominada Ação Educativa.

A metodologia do INAF é composta por amostras probabilísticas que definem dados por meio de questionários cognitivos e contextuais com pessoas de todo o Brasil respeitando a proporcionalidade populacional, tendo nível de confiabilidade de 95% com margem de erro de 2,2%. Foram 2002 pessoas selecionadas por idade entre 15 e 64 anos, sexo, escolaridade e ocupação. As provas de proficiência englobam diferentes gêneros textuais do cotidiano, como bilhetes, mapas, tabelas etc. Foram estabelecidos 5 níveis de proficiência: Analfabeto, Rudimentar, Elementar, Intermediário e Proficiente. Nos atentamos, sobretudo, aos indicadores de Analfabetos Funcionais que são os níveis de proficiência Analfabeto e Rudimentar. O Analfabeto é incapaz de fazer leituras simples em seu cotidiano, enquanto o Rudimentar consegue ler de forma literal sentenças simples, como cartazes, fazer contas simples e reconhecer sinais de pontuação (INAF, 2018).

Na metodologia do INAF, considera apenas a leitura literal, não apontando a leitura crítica, o que reflete considerar um número ainda maior de pessoas iletradas no Brasil que têm sido colocadas como funcionalmente alfabetizadas (MELO; PEREIRA, 2016). Ainda assim, é relevante expor os números recolhidos pelo INAF, pensando como única instituição que recolhe este tipo de dado.

Tabela 1 – Analfabetos em cada nível de escolaridade

Descrição dos dados	Total	Nenhuma	Ens. Fund. – Anos Iniciais	Ens. Fund. – Anos Finais	Ensino Médio	Superior
Casos	2002	116	297	451	796	342
Analfabetos	8%	82%	16%	1%	1%	0%
Rudimentar	22%	17%	54%	32%	12%	4%

Elementar	34%	0%	21%	45%	42%	25%
Intermediário	25%	1%	7%	17%	33%	37%
Proficiente	12%	0%	1%	4%	12%	34%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabetos Funcionais	29%	99%	70%	34%	13%	4%
Funcionalmente Alfabetizados	71%	1%	29%	66%	87%	96%

Fonte: INAF (2018).

Na tabela acima, afirma-se que, no ano de 2018, dos cidadãos considerados alfabetizados de toda a amostra, aproximadamente 30% focam considerados alfabetizados funcionais, cenário que, quando discriminado por escolarização formal, tem uma redução deste percentual. Enquanto aos que estudaram até anos iniciais do ensino fundamental esta taxa é de, ao menos, 70%, para os sujeitos que concluíram o ensino superior ela é reduzida a 4%. A pesquisa evidencia que a ampliação dos anos formais de estudo, bem como a progressão nas etapas da educação básica e superior impacta positivamente na melhoria das proficiências de alfabetização, mas há que se considerar que, aos que estudaram apenas até o ensino fundamental, momento da trajetória escolar em que a alfabetização deveria se consolidar, a leitura literal não se consolida, avaliação que tende a piorar se for considerada a leitura crítica, ou, nos termos ao qual este artigo se dedica, o letramento. Sobre este aspecto, a seção seguinte se dedica a identificar a presença (ou ausência) do letramento na Política Nacional de Alfabetização em curso.

O LETRAMENTO NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

A política mais recente para a alfabetização é a PNA (Política Nacional de Alfabetização), que foi positivada pelo Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019. Seu objetivo é de estabelecer métodos científicos para melhorar a qualidade da alfabetização. Contudo, quando analisada profundamente, percebe-se apenas um método evidente, o Sintético, o qual será reforçado no curso de Formação Continuada em Práticas de Alfabetização.

O Método Sintético costuma iniciar mostrando primeiramente o alfabeto, em seguida entra a sistematização fônica, no qual são dados sons às letras, para que por fim, sistematizar a silabação, que unindo uma vogal e uma consoante forma um novo fonema. A última apresentação são palavras e textos, o que descontextualiza toda a prática de alfabetização unida com o letramento.

No 2º Art. já demonstra a intencionalidade de utilizar apenas o desenvolvimento da Consciência Fonêmica no processo de alfabetização.

IV - Consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente; V - instrução fônica sistemática - ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada (BRASIL, 2019, art. 2).

Apesar da propaganda de reforçar a utilização de métodos científicos, percebe-se a intencionalidade de ignorar a contribuição de autores relevantes para a alfabetização como Magda Soares e Paulo Freire. Esses autores têm em sua obra a pretensão de desenvolver indivíduos capazes de apropriar-se de sua cidadania através da alfabetização. Entretanto, o atual governo federal na sua proposta já havia sugerido não utilizar Paulo Freire na escola – o que refletiu nas atuais políticas para a alfabetização – demonstrando a intenção de não incluir o Letramento como política de alfabetização nacional. Na proposta de governo sobre educação foi dito que: “Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire” (PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO, 2018).

No art. 8 do Decreto que trata da implementação da política, é declarado que será ofertado formação continuada para os professores alfabetizadores (BRASIL, 2019). Dito isso, foi colocado um curso na plataforma online do Ministério da Educação - MEC para formação continuada em práticas de alfabetização. Nele, percebe-se a utilização da sistematização sintética, lembrando muito aos conteúdos pré-estabelecidos nas cartilhas muito utilizadas no século passado, como podemos ver a seguir:

Figura 1 – Ficha de personagens para sistematização do alfabeto



Fonte: MEC (2020).

Nessas fichas sugeridas pelo curso de formação de professores é evidente a prática alfabética do Método Sintético, no qual consiste primeiramente em mostrar as letras do alfabeto. As imagens mostram objetos que iniciem com a letra determinada, também reforça o fonema da letra, repetindo-a nas frases. Nessa ficha, não há contextualização com a realidade do aluno, existem imagens estereotipadas e frases não condizentes com a realidade, como “A vaca voadora”.

Os dizeres do Decreto e as práticas do curso ofertado o MEC dizem muito sobre o entendimento que o Estado vem tendo sobre a alfabetização, contudo, existe ainda o que não é dito, o que é esquecido, ou até mesmo ignorado: o letramento.

Em todo o caminhar educacional foi entendido que o conhecimento só é absorvido significativamente quando colocado em sua prática social. Entretanto, é possível identificar nas fichas de personagens para sistematizar o alfabeto, como não condizentes com a realidade, personagens impossíveis de serem colocados na prática cotidiana dos alfabetizandos.

Nos métodos sintéticos, sugeridos pela formação do MEC, a criança primeiramente aprende o alfabeto, posteriormente dos sons, seguindo para as sílabas, palavras e por fim o texto. Ou seja, essa metodologia respeita a seguinte

ordem, do mais simples para o mais complexo (JUNQUEIRA, 2019). Uma das práticas de letramento é a utilização de textos, que pode ser inserida desde o início da alfabetização, desde a Educação Infantil, no entanto, no curso só é colocado ao final do processo.

A partir das contribuições de Magda Soares, compreende-se que a alfabetização com o letramento não necessita de um método, mas de contribuições teóricas que contribuam com as multifacetadas do processo de alfabetização.

Retomar essa visão de um único método nos parece um grande retrocesso. Compreendemos hoje em dia que levar as crianças a entender a relação entre os sons e as letras é fundamental durante o processo inicial de apropriação do sistema de escrita alfabético e que essa relação deve ser ensinada de modo explícito. Mas isso não quer dizer que elas devem ser treinadas para tanto, pois alfabetizar-se é bem mais do que isso. Exige que elas entendam a função social e possam fazer parte de diferentes práticas sociais letradas (JUNQUEIRA, 2019, s/p.).

Ainda segundo Ana Alice Junqueira, hoje o problema de se alfabetizar para diferentes práticas sociais não se trata da falta de um método, se trata de falta de Políticas Educacionais eficazes.

Se tomarmos a história da alfabetização, lá no século XX veremos que ali existia a chamada guerra dos métodos, pois se buscava o que fosse mais eficaz. Ao longo dos tempos isso foi superado. Não existe mais. Os educadores entenderam que é preciso jogar mais luz sobre o entendimento do processo de aprendizado da criança, ao invés de focar em como ensiná-la. As dificuldades que temos na alfabetização não são da ordem do método. Estão relacionadas a outras questões como a formação dos professores, que é frágil e precisa de maior atenção, a infraestrutura das escolas, falta de material didático e questões socioeconômicas (JUNQUEIRA, 2019, s/p.).

Ao que se percebe, não apenas no âmbito de alfabetização mas também no âmbito educacional em geral, que a grande questão de uma educação de qualidade, não se dá por métodos ou por falta de estudos e ciências que contribuam com melhores didáticas, se trata de falta de políticas públicas que efetivem os estudos existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante perceber que, antes da elucidação do conceito de Letramento, já tínhamos um pensador que havia reiterado a importância de que é necessário mais do ler e escrever, mas que é preciso ser ativo no mundo utilizando a linguagem escrita. Paulo Freire representa um ideal de educação, no qual privilegia uma alfabetização de qualidade para formar cidadãos conscientes.

Na sequência, as colaborações de Magda Soares acerca do letramento, trazendo o termo para o nosso cotidiano na educação e reflexões pertinentes para que os professores brasileiros possam alfabetizar letrando. Ainda contribuiu acerca dos métodos, mostrando que alfabetizar se trata mais de refletir sobre as teorias e partir do contexto da criança do que reproduzir um método.

Como não o bastante, ainda temos instituições não governamentais que nos fornecem dados sobre o Analfabetismo Funcional, que nos leva a refletir ainda mais acerca da necessidade de o letramento fazer parte da alfabetização.

Em contrapartida, percebemos Políticas Educacionais para a Alfabetização ineficazes e até mesmo opositoras a uma educação de qualidade dos brasileiros, são políticas que não percebem a necessidade de consultar pensadores da área, “trata-se de um problema não filosófico, mas político” (BOBBIO, 2004). O esvaziamento da Política Nacional de Alfabetização, refutando o letramento como possibilidade de ampliação do uso social da escrita e, conseqüentemente, a melhoria de índices de analfabetismo funcional, pode resultar na piora de indicadores de alfabetização e a concretização de uma nova geração de pseudoalfabetizados.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de analfabetismo funcional: INAF Brasil 2018**. 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm . Acesso em 21 abr. 2022.

CELLARD, André. A análise documental. IN: POUPART, J. et. Al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana

Cristina Nasser. Coleção Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295 - 316.

FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. Visvanathan, Christianne. **Qual o melhor método de alfabetização**. São Vicente: Instituto Inclusão Brasil, 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/qual=-o-melhor-metodo-de-alfabetizacao/#:~:text=O%20m%C3%A9todo%20sint%C3%A9tico%20estabelece%20uma,o%20f%C3%B4nico%20e%20o%20sil%C3%A1bico>.

JUNQUEIRA, Ana Alice. **Educadoras comentam Cartilha da Política Nacional de Alfabetização**. Caia Amoroso. *CENPEC*. Abril de 2019.

MEC. **Formação continuada em práticas de alfabetização**. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/5401/informacoes>. Acesso em: 15 out. 2020.

MELO, Natã Rodrigues; PEREIRA, Hérica Paiva. Alfabetizar letrando: Reflexões sobre o analfabetismo funcional no Brasil. **Revista Ao pé da Letra**. Campina grande, v. 18, n. 2, p. 105-118. 2016.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 horas 40 anos depois**. São Paulo: Cortez, 2002.

PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO. **O caminho da prosperidade**. 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema de três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

STAKE, Robert. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

UNDIME. **Política Nacional de Alfabetização**: entenda as polêmicas presentes no PNA. 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/07-05-2019-13-41-politica-nacional-de-alfabetizacao-entenda-as-polemicas-presentes-na-pna>. Acesso em: 21 abr. 2022